

Amigos de Bocage Oriundos do Brasil

Daniel Pires*

A Universidade de Coimbra

A inexistência de estabelecimentos de ensino que ministrassem cursos superiores no Brasil obrigou muitos jovens, no século XVIII, a demandar o Reino com o objectivo de se matricularem na Universidade de Coimbra, designadamente em Cânones, Leis e Medicina.

Na sequência da sua formatura, parte dos estudantes regressava às suas origens, saudosos da sua família e de um tipo de vida mais descontraído, em sintonia com as exigências de um clima tropical; outros permaneciam na metrópole, onde, por vezes, obtinham trabalho de acordo com o curso em que se tinham licenciado e, eventualmente, com melhor remuneração.

A contestação própria da idade sentia-se com alguma intensidade na Universidade de Coimbra. Com efeito, os estudantes faziam circular panfletos clandestinos nos quais manifestavam a sua mundividência: punham em causa a instituição, nomeadamente a sua metodologia, que consideravam livresca, a competência dos professores, o teor dos programas leccionados e a relação humana nela prevalecente.

A sua crítica virulenta estendia-se à sociedade, um corolário da leitura da *Enciclopédia*, marco miliário da história da Humanidade, e dos principais teóricos do Iluminismo, principalmente Voltaire e Rousseau, cujas obras constavam do índice da Real Mesa Censória. Esta instituição fora criada, em 1768, pelo Marquês de Pombal para centralizar o poder e, deste modo, anular resistências, quer à sua autocracia, quer às suas propostas político-sociais inovadoras.

Parte da juventude universitária estava, por outro lado, atenta aos editais da Real Mesa Censória, que lhes propiciavam informações não despidas acerca das obras consideradas politicamente subversivas, apologistas do Deísmo e que, alegadamente ou não, exaltavam o erotismo. Na verdade, a

* Presidente do Centro de Estudos Bocageanos, Investigador do Centro de História e do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Professor do Ensino Secundário em Setúbal, foi Leitor de Português nas Universidades de Glasgow, Macau, Cantão e Goa. Autor e/ou organizador de numerosas publicações (livros, catálogos, ensaios, artigos etc.), incumbe-se no momento da edição da Obra Completa de Bocage (4 volumes já publicados) e dedica-se principalmente à pesquisa sobre a Imprensa Periódica em Portugal, autores do séc. XVIII e Camilo Pessanha.

sociedade portuguesa – periférica, católica e conservadora – recusava liminarmente reivindicações ou opiniões de carácter humanista. As mencionadas obras eram, então, procuradas com avidez junto dos livreiros franceses radicados no país – Borel, Reycend, Bertrand, entre outros¹ – os quais estabeleciam contactos secretos com os seus pares em França, na Holanda e na Suíça, tendo como objectivo a sua importação.

Livres-pensadores, alguns com vínculos à maçonaria ou, pelo menos, conhecedores dos seus ideais fraternos, criticavam a vida faustosa e promíscua de parte do clero, elegiam como inimiga a hipocrisia – apelidada por Voltaire de “L’Infâme” –, denunciavam o despotismo do todo-poderoso intendente-general das polícias do reino, Diogo Inácio de Pina Manique, apostrofavam o preconceito e o fanatismo, dando particular ênfase à Razão. Liam, sub-repticiamente, os libertinos franceses dos séculos XVII e XVIII, que contribuíam para pôr em causa os severos princípios de carácter moral então professados.

Um dos estudantes oriundos do Brasil que mais se distinguiram em Coimbra, nesta época, foi Francisco de Melo Franco. A sua postura irreverente e interventiva transparece na sua obra *O Reino da Estupidez*, que circulava clandestinamente para gáudio da juventude e natural reprovação dos que se sentiam particularmente atingidos. Aquele escritor nasceu em Paracatu, Estado de Minas Gerais, a 17 de Setembro de 1757, sendo filho de João de Melo Franco e de Ana Caldeira Franco, naturais, respectivamente, de Portugal e de S. Paulo. Depois de frequentar o seminário no Rio de Janeiro, veio para Coimbra, onde se matriculou no curso de medicina.

Saiu da sua pena um poema virulento, composto quando era estudante, embora só publicado, pouco antes de falecer, em 1819, ano que prenunciava já o advento do Liberalismo. Referimo-nos a *O Reino da Estupidez*, obra que constitui uma crítica acerada à comunidade académica coimbrã, bem como à ordem social vigente no país. A título de exórdio, Melo Franco equaciona o objecto do seu poema:

A molle Estupidez cantar pertendo [sic]
Que, distante da Europa desterrada,
Na Lusitania vem fundar seu Reyno

Para se instalar, a irracionalidade conta então, segundo o jovem estudante, com o apoio dos lentes, do reitor, dos frades, da superstição, do fanatismo, da raiva e da inveja. A nobreza também é criticada por usufruir de um estatuto que colide com as exigências da Razão:

Que estes nossos fidalgos Portugueses
 He gente que não tem nem Lei nem Roque²

Franco, concomitantemente, elogia o Marquês de Pombal e denuncia o ambiente de Lisboa, cidade que considera boçal e estagnada. Verbera a hipocrisia e a incoerência de alguns sectores do clero, lamenta que aqueles que estudam não tenham o reconhecimento adequado e afirma que é uma desdita ser português.

Acusado de impiedade, eventualmente devido ao teor subversivo da sua poesia, foi detido e respondeu perante a Inquisição de Coimbra. Embora o seu processo esteja inventariado num índice referente àquela instituição, não é actualmente possível consultá-lo, na Torre do Tombo, por se ter extraviado. Recomposto daquele drama, Francisco de Melo Franco retomou, em 1782, o curso de medicina, que finalizou três anos mais tarde.

Da sua lavra é ainda a obra *Medicina Teológica*, publicada anonimamente em Novembro de 1794 por António Rodrigues Galhardo, estando o *imprimatur* da Real Mesa e Comissão Geral do Exame e Censura de Livros datado de 30 de Outubro. Aquele ensaio foi particularmente atacado por Pina Manique nas *Contas para as Secretarias*, sendo de imediato proibido. Em causa, alegava Melo Franco, estava a inépcia dos confessores, que assacavam à falta de virtude os “excessos” de alguns “pecadores”. O autor defendia, pelo contrário, que aqueles tinham um carácter fisiológico, isto é, decorriam da natureza humana, não devendo, portanto, ser punidos, interpretação que punha em causa algumas “verdades” intocáveis na época. Não se conhecem represálias sobre Melo Franco, que terá movido influências para ser poupado à política punitiva de Pina Manique. O facto de pertencer à equipa de médicos que tratava a rainha D. Maria I,³ cuja saúde mental era crítica, deverá ter sido uma atenuante decisiva.

Um outro estudante oriundo do Brasil que, mais tarde, se distinguiu no campo das letras foi António de Moraes e Silva [Rio de Janeiro, 1756 – Recife, 1824], autor do célebre *Dicionário de Língua Portuguesa*,⁴ continuação do labor estrénuo de Rafael Bluteau, e tradutor de diversas obras de mérito, entre as quais se contam *História de Portugal composta em inglês por uma Sociedade de Literatos, trasladada em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português (...)*, 3 volumes publicados em 1789 e reeditados, pela Academia das Ciências, em 1802; da sua lavra são ainda o *Epítome da Gramática Portuguesa*⁵ e as *Recreações de um Homem Sensível*. A sua actividade em prol dos ideais “franceses”, utilizando a terminologia da época, esteve na origem,

em 1779, 1785 e em 1806, da sua detenção nos cárceres do Santo Ofício. De acordo com a acusação, António de Moraes considerava que o Inferno e o Purgatório não existiam, que a alma era mortal e que as teses explicitadas nas escrituras serviam para controlar os seres humanos. Por outro lado, não reconhecia a autoridade do Papa e descrevia na necessidade dos jejuns e da missa.⁶

Enquanto decorria o seu primeiro processo, Moraes abandonou furtivamente o país. Depois de residir quatro anos em Londres, regressou a Portugal, na sequência de uma breve estada em Paris, e apresentou-se ao Tribunal do Santo Ofício. Foi posteriormente nomeado juiz dos órfãos da Baía,⁷ nomeação corrigida posteriormente para juiz do cível daquela cidade.

Abra-se um parêntesis para enfatizar a sua atitude corajosa perante os seus diligentes inquiridores, encarando-os frontalmente e demonstrando uma inequívoca força anímica.

Não existem referências na obra de Bocage aos dois intelectuais mencionados; porém, tendo em consideração o ideário que perfilhavam e a sua estada em Lisboa na época em que poeta ali vivia, poder-se-á afirmar, sem grande margem de erro, que deverão ter confraternizado nas tertúlias literárias que decorriam nos cafés, designadamente no Nicola, ou em botequins, por exemplo o das “Parras”, onde pontificava um benemérito que matou a fome a vários intelectuais e, inclusivamente, pagou o funeral de Bocage e o de Tomás António de Santos e Silva. Referimo-nos a José Pedro da Silva, conhecido por José Pedro das Luminárias, alcunha que decorria do facto de ornamentar, de forma exuberante, em datas marcantes, a sua casa.

A Maçonaria

Os ideais que enformam a maçonaria exerceram, na época de Bocage, uma atracção inofismável: na realidade, apesar de estarmos em presença de uma sociedade extremamente hierarquizada, membros de todas as classes letradas pertenceram àquela organização secreta. Discute-se, inclusivamente, se o próprio Marquês de Pombal e o Duque de Lafões nela se tenham iniciado numa das suas estadas no estrangeiro, eventualmente em Londres ou em Viena de Áustria, cidades que tinham uma forte influência da ordem. Indubitável é o facto de, durante o consulado do primeiro, a maçonaria não ter sido perseguida, em franco contraste com outros períodos do Antigo Regime.

A maçonaria pugnava pela solidariedade, pelo auto-aperfeiçoamento, pela divulgação do conhecimento, tendo a Razão como pedra-de-toque; por outro lado, constituía um local de sociabilidade, até então circunscrita aos ca-

fés – estritamente vigiados pelos “Moscas” de Pina Manique –, ao “Passeio Público” e aos salões.

A maçonaria esbatia, de alguma forma, os privilégios de classe, decorrentes da natureza do regime. A estes atributos juntavam-se o seu secretismo e a sua liturgia apelativa, à qual, por vezes, não era alheia a música.

Sabe-se que Bocage aderiu a esta associação. A sua adesão deverá remontar a 1795, ano em que deixou de ter quaisquer relações com a “Academia de Belas-Letras”, também conhecida por “Nova Arcádia”, porquanto apresentava como paradigma a “Arcádia Lusitana”, agremiação que, cerca de três décadas antes, tanto frutificara no âmbito da poesia, do drama e da crítica literária.

A leitura da poesia de Bocage, especialmente aquela que foi composta no final da sua vida, evidencia as suas relações intelectuais e de amizade com maçons. Destacamos um, oriundo do Brasil: António Mendes Bordalo. Nascido no Rio de Janeiro em 1750, viajou para Portugal aos 16 anos, tendo-se formado, em 1771, em Leis, pela Universidade de Coimbra. Exerceu a sua profissão em Lisboa, tendo sido nomeado, de acordo com o *Almanaque para o Ano de 1798*, para a “Casa da Suplicação”. Devido às suas relações privilegiadas com algumas personalidades do poder – José de Seabra da Silva, seu irmão, Lucas de Seabra, Martinho de Melo e Castro –, conseguiu eximir-se às perseguições do Intendente. Sabe-se, hoje em dia, que a sua casa de Lisboa constituía um local privilegiado para as reuniões e as cerimónias maçónicas. Bordalo dedicou a Bocage o soneto “Cedei, Profanos, da Razão ao brado”, publicado nos *Novos Improvisos de Bocage*, o qual retribuiu com um outro: “Ânsias inda teu metro, e raivas custa”.⁸ Faleceu em 1806. A sua biblioteca esteve então à venda, podendo a sua viúva – Teresa Cláudia de Almeida – ser contactada para a efectivar.⁹

A Casa Editorial do Arco do Cego

O Iluminismo lançou os fundamentos de uma época de franco desenvolvimento técnico-científico. O continente português estava exaurido e as mentes mais argutas da governação tinham consciência de que o futuro de Portugal passava pelo Brasil. Na realidade, este amplo território era de uma riqueza extrema e estava praticamente inexplorado. Havia, deste modo, a necessidade imperativa de se estudar a sua realidade física e humana e de se publicarem obras que as equacionassem. Foi então decidido, sob a égide de Rodrigo de Sousa Coutinho, fundar a Casa Editorial do Arco do Cego, a qual tinha como tesoureiro um amigo de Bocage: Marcos Aurélio Rodrigues. De imediato foi enviada a França uma comitiva com a missão de adquirir os instrumentos

mais sofisticados no domínio da impressão. Portugal, país periférico, com um atraso indesmentível relativamente aos países que pontificavam na Europa – França, Prússia, Inglaterra, Rússia –, esteve por momentos a par da tecnologia mais avançada. Por outro lado, foram contratados os melhores tradutores que verteram para o português as obras estrangeiras mais representativas que estavam em consonância com os objectivos mencionados. No domínio da ilustração, convidaram-se os melhores artistas – Romão Elói de Almeida, Raimundo Joaquim da Costa e Domingos José da Silva, entre outros –, ficando, assim, assegurada, a qualidade das imagens que as integravam, as quais, hoje em dia, são, por vezes, vendidas em separado por preços exorbitantes.

Para concretizar este ambicioso projecto, foi nomeado um cientista notório, autor de uma extensa obra no domínio da Botânica: Frei Mariano da Conceição Veloso [Conceição, Rio de Janeiro, 1742 – Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1811], que esteve ao leme da Casa Editorial do Arco do Cego durante dois anos.

Sob o lema “Sem livros não há instrução”, entre 1799 e 1801, esta editora deu aos prelos poemas, de carácter didáctico e panegírico, bem como obras sobre economia agrária, farmácia, física, medicina, ciências naturais, arquitectura, entre outras ciências exactas, ascendendo o seu número a 83, facto relevante tendo em consideração a brevidade da sua existência. Formaram-se, deste modo, pessoas com conhecimentos profundos, que contribuíram para o desenvolvimento designadamente do Brasil e, por extensão, de todo o Reino.

Os livros da editora podiam ser adquiridos na “loja” da Oficina Calco-gráfica ao Rossio e ainda nas da Viúva Bertrand e Filho ao Chiado, de Estêvão Semiond em Coimbra e na de António Álvares Ribeiro no Porto, de acordo com um catálogo das obras poéticas, que acompanha a tradução bocagiana de *O Consórcio das Flores – Epístola de La Croix a seu Irmão*. Refere ainda este catálogo que na sua “loja” do Rossio se vendem, para além de livros, “Retratos em preto e iluminados, gravados por artistas Portugueses; e caracteres tipográficos de toda a qualidade elegantemente abertos por Nacionais.”

Graves irregularidades, perpetradas por Frei Mariano da Conceição Veloso, conduziram ao encerramento da Casa Literária do Arco do Cego, a qual, por decreto de 7 de Dezembro de 1801, foi incorporada na Imprensa Régia. Esta editora adquiriu então a obrigação de publicar os títulos que a sua congénere tinha em carteira.

Frei Mariano Veloso, que pertencia à ordem religiosa de S. Francisco, foi um dos protectores de Bocage. O poeta dedicou-lhe a sua última obra, *A Virtude Laureada*,¹⁰ publicada, em Dezembro de 1805, pouco antes de falecer.

Por iniciativa daquele cientista, Elmano desempenhou na mencionada editora a função de tradutor, auferindo então, mensalmente, a quantia de vinte e quatro mil réis.¹¹

De acordo com Margarida Ortigão Leme, os tradutores tinham direito a receber 200 exemplares das obras que vertiam, podendo devolver à instituição aqueles que não quisessem, sendo, neste caso, reembolsados.¹²

Da autoria de Bocage, contam-se as seguintes traduções publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego: *Os Jardins ou a Arte de Aformosear as Paisagens. Poema de Delille* (1800), *As Plantas. Poema de Richard Castel* (1801) e *O Consórcio das Flores. Epístola de La Croix a seu Irmão* (1801). No domínio apologético, o poeta deu à estampa as obras originais *Aos Faustíssimos Anos do Sereníssimo Príncipe Regente Nosso Senhor. Elogio para se Recitar no Teatro da Rua dos Condes* (1801) e colaborou no *Tributo de Gratidão, que a Pátria Consagra a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, por mãos do Intendente Geral da Policia da Corte, e Reino* (1801).

Com o encerramento da editora, Bocage perdeu o seu único emprego civil fixo, voltando, deste modo, a ter um quotidiano incerto. Valeram-lhe, então, nos últimos anos da sua vida os seus amigos, entre os quais se contaram José Pedro da Silva e Gregório Freire Carneiro.

No livro que coordenou – *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*¹³ –, Maria Beatriz Nizza da Silva foca a confissão de José Joaquim Vieira de Couto, preso nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício. De acordo com as suas declarações, os membros da maçonaria reuniam-se, entre outros lugares, nas instalações da Imprensa Régia, no Arco do Cego.

Outro amigo de Bocage nascido no Brasil foi José Francisco Cardoso (Baía, 23 de Abril de 1761 – 14 de Agosto de 1834), também tradutor da Casa Literária do Arco do Cego. Compôs, dois poemas, redigidos em latim, língua que leccionava: *Elegia ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Marinha, etc., etc., etc., D. Rodrigo de Sousa Coutinho*¹⁴ e *Canto Heroico sobre as Façanh. dos Portuguezes na Expedição de Tripoli*.¹⁵ Foram ambos traduzidos por Bocage, sendo a edição bilingue, facto que não era comum na época, porquanto poderia acarretar críticas que nem sempre eram construtivas.

Parece-nos ainda lícito referir um poeta nascido no Brasil que conheceu pessoalmente Bocage: José Elói Ottoni [Vila do Príncipe (Serro), 1 de Dezembro de 1764 – Rio de Janeiro, 1851], que exerceu o cargo de professor de latim na Vila do Bom Sucesso do Fanado, actualmente Minas Novas.

No início do século XIX, Ottoni encontrava-se em Lisboa. Frequentou então os salões da Marquesa de Alorna, que ficaram famosos na época, encomiasticamente citados por Alexandre Herculano no elogio fúnebre que exarou na sequência do falecimento daquela escritora. Neles os poetas eram convidados a dizerem as suas composições e a improvisarem sobre os motes que lhes eram propostos. A música estava também presente, sendo as modinhas, designadamente as de Caldas Barbosa, particularmente apreciadas. Um retrato destes encontros é-nos facultado pelo Marquês de Resende na obra *Pintura de um Outeiro Nocturno e um Sarau Musical às Portas de Lisboa no Fim do Século Passado feita e lida no primeiro serão literário do grémio recreativo em 12 de Dezembro de 1867*,¹⁶ que constitui uma descrição pormenorizada e de grande interesse documental da forma como decorriam os encontros poéticos na época de Bocage. Porém, os dados factuais apresentados entram, por vezes, em colisão. Por exemplo, Filinto Elísio, perseguido pela Inquisição em 1778, exilado em Paris, não pode ter frequentado o mencionado sarau. cremos que o autor, embora conhecedor dos meandros poéticos da época, deu livre curso à sua imaginação, quando decidiu, um século depois da sua eventual realização, reconstituir aquele salão literário.

Nesta época, Ottoni tentou interceder por seu primo, José Joaquim Vieira de Couto, detido pelo Santo Ofício por actividades de carácter maçónico. Um dos inquisidores removeu-o então, aconselhando-o a não mencionar o seu parentesco. O conhecimento de pessoas influentes, como a Marquesa de Alorna, o Conde dos Arcos e o Marquês de Paranaguá, evitou a sua detenção.

O início do século XIX foi particularmente auspicioso para Ottoni, que reuniu as condições subjectivas e objectivas para publicar a sua obra. Com efeito, a *Gazeta de Lisboa* de 15 de Maio de 1801 anuncia o primeiro folheto das suas “Poesias”; a de 3 de Julho, o segundo folheto, ascendendo o seu preço a 120 réis; a edição de 23 de Fevereiro do ano seguinte, referia o terceiro folheto, intitulado *Anália a Josino*. Assinale-se que os respectivos manuscritos e o parecer de Francisco Xavier de Oliveira se encontram no arquivo da Real Mesa Censória, depositado na Torre do Tombo.¹⁷

O talento de Ottoni foi reconhecido por António Bersane Leite que, nas suas *Quadras Glosadas*, dedicadas à Marquesa de Alorna, o evoca:

Ottoni e Bocage, ricos
Do etéreo Febeu tesouro,
Os seus versos te ofereceram
Em brilhantes Aras de ouro.¹⁸

Bocage faleceu em agonia em Dezembro de 1805. Vários poetas o homenagearam então, entre eles Manuel Inácio Nogueira, João Miguel Coelho Borges, Manuel Pedro Tomás Pinheiro d’Aragão e Francisco de Paula Medina e Vasconcelos. Também Ottoni lhe dedicou um poema. Encontrava-se então em Madrid, na qualidade de secretário do Conde da Ega, Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, que fora nomeado, em 1804, embaixador de Portugal em Madrid. Intitula-se a composição *Drama Alusivo ao Carácter, e Talentos de Manoel Maria de Barbosa du Bocage*, sendo a edição paga integralmente pela Condessa da Ega. Esta obra foi recuperada, em 1966, por Heitor Martins, no seu opúsculo *Bocage e Minas*, que inclui ainda glosas inéditas de Bocage.

Paulo Roberto Gomes Leite afirma ter consultado a obra *Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Elói Ottoni*, por T. Ottoni (Rio de Janeiro: 1851), na qual se afirma que este poeta se “torna companheiro de Bocage e Bersane, com os quais disputa numa Arcádia o primeiro lugar.”¹⁹

O universalismo foi uma constante de Bocage. Os seus Amigos brasileiros foram certamente uma pedra angular na sua construção.

Notas

1 Cf. DOMINGOS, Manuela – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000; ID. – *Os Livreiros Franceses em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998.

2 ALBUQUERQUE, Luís de – “O Reino da Estupidez” e a Reforma Pombalina. Coimbra: Atlântida, 1975, p. 89.

3 Cf. SOUSA, António Coutinho Pereira de Seabra e – *Resposta ao Senhor Simão José da Luz Soriano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p. 130.

4 Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, 1813, caixa 73, documentos 31 e 35.

5 Veja-se a este propósito, o mencionado arquivo da Real Mesa Censória, caixa 54, documento 70.

6 BAIÃO, António – *Episódios Dramáticos da Inquisição*. Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 119, vol. II.

7 *Gazeta de Lisboa*, 28 de Novembro de 1789.

8 *Bocage – Coleção de Novos Improvisos de Bocage na sua Mui Perigosa Enfermidade*. Lisboa: na Imprensa Régia, 1805, p. 20.

9 *Gazeta de Lisboa* de 7 de Junho e de 15 de Agosto de 1806.

10 *A Virtude Laureada: Drama Recitado no Theatro do Salitre, Composto e Dirigido ao Revmo. P. M. Fr. José Marianno da Conceição Velloso*. Lisboa: na Imprensa Régia, 1805, 64 p.

11 Cf. DOMINGOS, Manuela et al, op. cit.

12 Cf. DOMINGOS, Manuela et al – *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. “Sem Livros não Há Instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional, 1999.

13 Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

14 Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800, 35 p.

15 Lisboa: na Tipografia Calcográfica, e Literária do Arco do Cego, 1800, 103 p.

16 Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1868.

17 Caixa 45, documento 52, ano de 1802; o pedido de publicação encontra-se na caixa 42, processo nº 19, de 8 de Julho de 1801.

18 Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1804.

19 LEITE, Paulo Roberto Gomes – “Vieira Couto e as Ligações entre a Maçonaria do Tijuco, de Portugal e de Moçambique” in Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais (Belo Horizonte), vol. XXV, 2002.

Resumo

A presente comunicação debruça-se sobre a obra e a actividade dos amigos de Bocage que nasceram no Brasil. Nela são designadamente focados a leitura clandestina de obras que se encontravam em sintonia com os ideais do Iluminismo, o quotidiano transgressor dos estudantes da Universidade de Coimbra, a *praxis* da maçonaria e a repressão que era exercida, no final do século XVIII, sobre os livre-pensadores.

Palavras-chave: transgressão; clandestinidade; maçonaria e Iluminismo

Abstract

The present communication analyses the literary works and the biography of the friends of Bocage who were born in Brazil. It focuses on the underground reading of books that defended the principles of the Enlightenment, the alternative everyday-life of the students of the University of Coimbra, the praxis of the free-masons and the repression suffered by the free-thinkers at the end of the eighteenth century.

Keywords: Transgression; clandestineness; free-masonry and Enlightenment